

O ESPAÇO VERDE URBANO NO CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE CAMPINA GRANDE – PB

Arthur Cavalcante Souto da Silva ¹
Manuela de Luna Freire Duarte Bezerra ²

INTRODUÇÃO

Para um embasamento teórico buscou-se reunir informações históricas sobre a presença de espaços verdes urbanos e sua relação com a sociedade ao longo das décadas, de forma concisa, buscando entender a necessidade histórica de se criar ou preservar esses espaços nos centros urbanos.

Foi possível identificar a origem da criação de espaços verdes urbanos no mundo, sendo protagonizada majoritariamente na Europa fruto da saturação populacional. Em um segundo momento, esses espaços assumem o caráter social, e em um terceiro momento, foi possível perceber a atuação da consciência ecológica e a requalificação de ambientes degradados.

Observou-se também duas vertentes principais de protagonismo dos espaços verdes nos centros urbanos brasileiros, o primeiro é o local enquanto ambiente verde, proporcionando espaços sustentáveis com conforto, projeto paisagístico e presença de vasta arborização, contribuindo com o fator salubridade e temperatura das grandes cidades. E o segundo, parques enquanto espaço protagonista de transformações na sociedade, agregando ambientes agradáveis para a fomentação da cultura e a educação.

Diante deste contexto, o presente artigo buscou quantificar a presença de espaços verdes urbanos na cidade de Campina Grande e apresentar uma comparação diante de recomendações mínimas propostas. Considerando o valor mínimo sugerido de 10m² de área verde por habitante proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU), foi possível concluir que a cidade de Campina Grande apresenta um déficit aproximado de 8,97m² de espaços verdes públicos por habitante.

METODOLOGIA

¹ Autor. Esp. Engenharia Ambiental e Indicadores de Qualidade da UniBF – SC, arthursouto1@gmail.com;

² Orientador. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba – PB.

O tipo de pesquisa é classificada como descritiva, buscando assim reunir informações sobre o tema, e por fim, analisá-las. Inicialmente foram colhidas informações bibliográficas sobre o tema em estudo, obtendo-se assim embasamento teórico sobre o tema, buscando entender o comportamento de espaços verdes urbanos na história e sua relação com a sociedade.

Por fim, buscou-se informações quali-quantitativas sobre a presença de espaços verdes na cidade de Campina Grande – PB, fundamentando-se através de pesquisa bibliográfica e análise de mapas, obtendo-se dados concisos sobre a quantidade de espaço verde urbano por habitante dentro do perímetro urbano.

DESENVOLVIMENTO

Os espaços de contemplação e jardins tiveram ao longo dos anos diversos exemplares espalhados pelo mundo, esses ambientes estavam frequentemente relacionados a princípios religiosos ou filosóficos e eram grandes testemunhas de expressões artísticas, de eventos históricos e de transformações culturais e sociais (SILVA, 2011).

Foi só a partir do século XVIII, precisamente na Europa, que os espaços verdes urbanos se tornaram evidentes. Esse período foi marcado por várias transformações na cidade, resultado da revolução industrial que marcou a Europa entre os séculos XVIII e XIX. No século XIX o cenário artístico foi marcado por movimentos que dialogavam com os paradigmas da cidade industrializada e a supervalorização da natureza (SCALISE, 2002).

O Hyde Park foi o primeiro grande parque do século XIX. Localizado na Inglaterra, o local era uma propriedade pertencente à família real inglesa que o usava para a prática de caça e posteriormente foi entregue ao uso da população londrina. (COSTA, 2012).

No século XIX também surgiram intervenções urbanísticas determinantes para a criação de espaços públicos e parques urbanos, dentre elas podem-se destacar o trabalho de Haussmann em Paris, assim como o Movimento dos Parques Americanos, conhecido como Park Movement, cujo líder era Frederick Law Olmstead que desenvolveu trabalhos significativos nas cidades de Chicago, Boston, e na cidade de Nova Iorque o mundialmente famoso Central Park (SCALISE, 2002).

Portanto, é evidente que essa primeira fase da história dos parques, compreendida entre os séculos XVIII e XIX teve grande influência das necessidades da evasão da expansão urbana como forma de amenizar a estrutura da cidade em crescimento, surgindo como verdadeiros “pulmões verdes” nos grandes centros. (SCALISE, 2002).

Em 1902, Ebenezer Howard escreveu propondo ideias para solucionar os problemas urbanos e as péssimas condições de vida da cidade. Assim, ele propõe alternativas onde a cidade possa dialogar com o campo surgindo, portanto, o conceito de “cidade jardim” que viria a influenciar diretamente a criação de parques urbanos até os dias atuais, principalmente no que tange a relação entre espaço natural e construído (HOWARD, 2002).

Segundo Scalise (2002), a partir de 1980 surgem os primeiros exemplares de parques fruto de movimentos ecológicos, o primeiro deles em Amsterdã, o Thýssepark com recuperação de áreas degradadas, com requalificação de cidades industriais e priorizando percursos para pedestres e ciclistas.

Os primeiros relatos da criação de espaços verdes no Brasil vêm do século XVII durante o período de ocupação holandesa no nordeste brasileiro, mais precisamente sobre as iniciativas do governo do Conde Maurício de Nassau (1637- 1644). Admirador da fauna e da flora brasileira, o conde construiu jardins botânicos e um zoológico, abrigando assim uma grande diversidade de espécies de animais e de uma vegetação abundante (SÁ CARNEIRO, 2013).

As origens dos espaços verdes urbanos no Brasil muito se assemelham com os primeiros parques do século XVIII, servindo como um ambiente estético para agregar valor às classes altas e tentando construir uma ordenação urbana e paisagística semelhantes a grandes cidades europeias do século XIX (CONRADO, 2012).

Entre 1954 e 1961 foi introduzido no Brasil um novo conceito de espaço verde conhecido como *parkway*, constituindo em canteiros verdes, e adquirindo inclusive proporções muito maiores a exemplo da proposta de “cidade jardim”. (FARAH et al., 2010).

Os anos de 1996 até o ano de 2006 pode ser considerado um período de grande produção paisagística no Brasil, principalmente no que tange ao interesse e nas discussões que permearam a ideia de cidades sustentáveis. Foi entre esse período de anos que foi intensificado o número de eventos e ações práticas para debater e propor exceções de medidas voltadas para a transformação ambiental da cidade, exemplos desses eventos foram o Protocolo de Kyoto em 1998, e o Rio+10 em 2002. (FARAH et al., 2010).

Referente a espaços verdes urbanos a cidade de Campina Grande apresenta alguns exemplares, dentre eles, os maiores: Parque da Criança: 51mil m². Parque Evaldo Cruz: 39milm². Parque da Liberdade: 45mil m². Parque do Bodocongó: 50 milm².

Além dos quatro parques urbanos supracitados, Campina Grande ainda conta, segundo Barros Filho et al. (2015) com 40 praças no seu perímetro urbano, de acordo com o estudo apresentado pelo o mesmo o número de espaços livres públicos na cidade corresponde a uma

área total de 651.104,8 m² no ano de 2015, considerando ao todo 40 praças, 3 parques, 2 açudes e 12 separadores viários, não levando em consideração espaços com restrição de acesso público como cemitérios e unidades de conservação ambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Portanto, diante do conteúdo exposto é possível identificar algumas peculiaridades da história dos espaços verdes urbanos no mundo. A primeira delas é sua origem protagonizada na Europa, fruto dos primeiros instantes de crescimento dos grandes centros urbanos e da saturação populacional nos mesmos. Em outro momento, já se espalhando para outras partes do mundo, esses espaços deixam de ser plano de fundo para telas artísticas e assumem definitivamente o caráter social, sendo projetados para o convívio entre pessoas através de ambientes destinados a prática esportiva e ao lazer. E assim, em um terceiro momento, é possível perceber a atuação da consciência ecológica e a requalificação de ambientes degradados.

No Brasil os conceitos de inserção de espaços verdes urbanos não se distanciam muito de outras regiões do mundo, de forma sucinta é possível perceber duas vertentes principais de protagonismo desses espaços, o primeiro é o espaço enquanto ambiente verde proporcionando espaços sustentáveis com conforto, com projeto paisagístico e com presença de vasta arborização, contribuindo com o fator salubridade e conforto térmico das grandes cidades. E o segundo, parques enquanto espaço protagonista de transformações na sociedade, agregando ambientes agradáveis para a fomentação à cultura e a educação, oferecendo espaços de lazer e contemplação com equipamentos esportivos variados, com recintos para atividades ao ar livre, para palcos de atividades artísticas, etc.

Tendo em vista os dados expostos por Barros Filho et al. (2015) é possível determinar uma área aproximada de espaços verdes públicos no perímetro de Campina Grande no ano de 2019. Para isso desconsiderou-se os valores totais dos açudes, considerando apenas, no caso do açude de Bodocongó a área destinada ao Parque do Bodocongó, e no Açude Velho considerada apenas a orla urbanizada.

Barros Filho et. Al. (2015) conclui que Campina Grande possui aproximadamente 651.104,8m² de espaço público, dentre o qual estão inclusos espaços sem arborização, assim não considerados espaços verdes, a exemplo dos açudes de Bodocongó e Açude Velho que juntos totalizam 286.090m².

Com base nas informações de Barro Filho et. Al. (2015) e considerando a área do parque de Bodocongó como espaço verde, bem como a área do Parque da Liberdade, concluímos que a cidade de Campina Grande possui aproximadamente 420.359,7m² de espaços verdes.

Portanto, é possível estimar que a cidade de Campina Grande apresenta um valor aproximado de 420.359,7m² de espaços verdes públicos.

Segundo Rueda (2012) a Organização das Nações Unidas (ONU) através da OMS (Organização Mundial da Saúde) recomenda uma área aproximada de 12m² de área verde por habitante nos centros urbanos, sendo 9m² o mínimo e 14m² o desejável, já o autor recomenda um número mínimo de 10m² de espaços livres públicos, a qual inclui espaços de lazer coletivo como praças e parques, além de separadores viários e calçadas de largas proporções maiores que 5m de largura.

Tendo em vista o número sugerido pela ONU e por Rueda (2012) determinou-se a quantidade de espaços públicos por habitante na cidade de Campina Grande. O estudo considera o valor de 420.359,7m² de áreas verdes públicas e a população estimada em 409.731 mil habitantes pelo o IBGE (2019).

O cálculo resultou em um valor de 1,02m² de espaços verdes por habitante, um número doze vezes menor que o sugerido pela ONU para espaço verde, e dez vezes menor que o sugerido por Rueda (2012) para espaço público.

Considerando que tanto a ONU quanto Rueda (2012) atribuem o valor mínimo de 10m² de área verde por habitante, diante dos dados aqui expostos é possível concluir que a cidade de Campina Grande apresenta um déficit aproximado de 8,97m² de espaços verdes públicos por habitante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível identificar a origem da criação de espaços verdes urbanos no mundo, sendo protagonizada majoritariamente na Europa fruto da saturação populacional. Em um segundo momento, esses espaços assumem o caráter social, e em um terceiro momento, foi possível perceber a atuação da consciência ecológica e a requalificação de ambientes degradados.

Observou-se também duas vertentes principais de protagonismo dos espaços verdes nos centros urbanos brasileiros, o primeiro é o local enquanto ambiente verde, proporcionando espaços sustentáveis com conforto, projeto paisagístico e presença de vasta arborização, contribuindo com o fator salubridade e temperatura das grandes cidades. E o segundo, parques

enquanto espaço protagonista de transformações na sociedade, agregando ambientes agradáveis para a fomentação da cultura e a educação.

Buscando estudar a cidade e o entorno, a análise de diagnósticos permitiu constatar que Campina Grande sofre com um déficit de áreas verdes públicas no seu perímetro urbano, um número de aproximadamente 8,97 metros quadrados desses espaços por habitante.

Palavras-chave: Campina Grande, Espaços verdes, Sustentabilidade, Urbanismo.

REFERÊNCIAS

BARROS FILHO, M. N. Macêdo; Albino, B. C. Alves; Góis, J. L. C. Xavier de; Gomes, R. Meira. **Lacunaridade dos espaços livres públicos: o caso de Campina Grande, PB.** 2015. Disponível em: <<http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp-content/uploads/2015/11/Lacunaridade-urbana-uma-analise-dos-espacos-livres-publicos-de-Campina-Grande-Para-Adba.pdf>> Acesso em: 08 set. 2019.

CONRADO, Denner; Bovo, Marcos Clair. **O parque urbano no contexto da organização do espaço da cidade de Campo Mourão (PR), Brasil.** Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.34, v.1, p.50-71, jan/jul.2012. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/viewFile/1845/1797>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

FARAH, Ivete; SCHLEE, Mônica Bahia; TARDIN, Raquel. **Arquitetura paisagística contemporânea no Brasil.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades-jardins de amanhã.** 2. ed. São Paulo, Editora Hucitec. 1996.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** [S.l.: s.n.], 2016. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250400&search=|info%EF5es-completas>> Acesso em: 08 set. 2019.

RUEDA, Salvador. **Guía metodológica para los sistemas de auditoría, certificación o acreditación de localidad y sostenibilidad en el medio urbano.** Madrid: Centro de Publicaciones Secretaría General Técnica Ministerio de Fomento, 2012.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; BERTRUY, Ramona Pérez. **Jardins históricos brasileiros e mexicanos.** 1. ed. Recife: Editora UFPE, 2009.

SCALISE, Walnyce. **Parques urbanos: evolução, projeto, funções e uso.** Revista Assentamentos Humanos, Marília, v4, n. 1, p17-24, 2002.

SILVA, Joelmir Marques da Silva. **Um passeio pela história dos jardins e um olhar para a criação dos primeiros jardins modernos no Brasil.** Revista Espaço Acadêmico. Recife: Editora universitária, 2011. Disponível em:<<http://jardimbotanico.recife.pe.gov.br/sites/default/files/midia/arquivos/pagina-basica/20.pdf>> Acesso em 29 ago. 2016.